



Graça Martinho  
Professora da FCT NOVA e investigadora do MARE

A forma inesperada e rápida com que a pandemia provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) se propagou pela Europa levou a Comissão Europeia (CE, 2020) e muitas autoridades nacionais dos Estados-Membros a publicarem recomendações específicas para o setor dos resíduos, tendo por base as orientações da Organização Mundial da Saúde e do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças.

## Impacto do contexto COVID-19 nos resíduos: algumas reflexões

Em Portugal, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos também emitiram recomendações para a gestão de resíduos em situação de pandemia (primeira versão em 17 de março de 2020), com o objetivo de garantir a proteção da saúde pública, dos trabalhadores do setor dos resíduos e prevenir a disseminação do vírus (APA e ERSAR, 2020). Destacam-se, no âmbito dessas recomendações: a reorganização das equipas de recolha e limpeza urbana, o aumento da frequência da higienização dos contentores e das viaturas, o aumento da frequência da recolha dos resíduos urbanos (RU) indiferenciados, o encaminhamento dos resíduos diretamente para aterro ou a sua incineração devido ao encerramento das unidades de tratamento mecânico, o armazenamento dos resíduos recolhidos dos ecopontos por um período de, pelo menos, 72 horas previamente ao seu processamento nas estações de triagem e, nalguns casos, a suspensão das recolhas seletivas porta-a-porta. Foi ainda recomendado que, em casos suspeitos ou confirmados de infeção por SARS-CoV-2 em empresas, hotéis e outros alojamentos, os resíduos produzidos fossem equiparados a resíduos hospitalares de risco biológico (grupo III) e sujeitos ao tratamento previsto na legislação para estes resíduos (autoclavagem ou incineração).

Sendo a gestão de RU um dos serviços públicos essenciais à proteção da saúde pública e do ambiente, os municípios e os Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos tiveram de adaptar rapidamente os seus sistemas e procedimentos às recomendações oficiais e às alterações que se registaram nos padrões de produção dos RU.

Embora ainda seja cedo para avaliar o real impacto da COVID-19 no setor dos resíduos em Portugal, pois ainda não existem dados estatísticos oficiais, é de antever que, com a suspensão de muitas atividades económicas,

o fecho das fronteiras e o confinamento dos portugueses nas suas casas, sobretudo a partir do início do estado de emergência, a quantidade da produção e a respetiva composição dos RU se tenham alterado. A nível nacional, a produção de RU terá certamente reduzido, em alinhamento com o esperado decréscimo acentuado do Produto Interno Bruto (PIB), como tem sido tendência em situações anteriores. Mas esta alteração será diferente consoante as características dos municípios: nos grandes centros urbanos, com mais atividades ligadas aos setores do comércio, serviços e turismo, é de prever uma forte redução da produção de RU, esperando-se o contrário nos municípios com cidades dormitórias.

De acordo com informações prestadas pela Eng.<sup>a</sup> Susana Lopes (comunicação pessoal, maio de 2020), responsável pela Unidade de Negócio Internacional da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, no município do Porto, durante o mês de abril de 2020, registou-se um decréscimo de 20% da produção de RU indiferenciados, comparativamente ao mês homólogo de 2019, e uma redução nos fluxos provenientes de recolhas seletivas de cerca de 3% nas embalagens, 20% no papel/cartão e 35% no vidro. Também na recolha seletiva de bioresíduos, devido ao encerramento da maioria dos estabelecimentos do canal HORECA e das cantinas (de escolas e empresas), e a redução dos serviços de recolha dos resíduos verdes, verificou-se uma redução muito acentuada na área de intervenção da Lipor. No caso dos circuitos de resíduos alimentares, no mês de abril, a redução ultrapassou os 60%, e a recolha de resíduos verdes sofreu um decréscimo de 15%. Por outro lado, a recolha seletiva de resíduos alimentares junto dos domicílios (projetos piloto na área da Lipor) apresentou um substancial aumento das quantidades recolhidas, resultado da maior permanência nas habitações dos agregados familiares.

Em outros municípios abrangidos pela Lippor registou-se o inverso. Em Gondomar, por exemplo, durante o mês de abril, os quantitativos da provenientes das recolhas seletivas aumentaram em 45%, 63% e 20%, respetivamente para os fluxos de embalagens, papel/cartão e vidro, devido à permanência das famílias nas suas habitações, demonstrando que os cidadãos não deixaram de separar os seus resíduos.

Em Lisboa o decréscimo da produção de RU também foi acentuado. Segundo informações prestadas pela Dr.<sup>a</sup> Filipa Penedos (comunicação pessoal, maio de 2020), Diretora Municipal da Direção Municipal de Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, neste município recolheram-se menos 30% dos RU, registando-se uma quebra de cerca 9% nos indiferenciados, 82% na recolha de bioresíduos, e 64% no conjunto da recolha de papel/cartão, embalagens e vidro.

O mesmo ocorreu noutras cidades europeias, como por exemplo em Milão, onde a produção de RU decresceu, em média, 27,5%; em Barcelona e em Paris o decréscimo foi de 25% (ACR+, 2020).

Em contrapartida, os resíduos hospitalares devem ter aumentado consideravelmente, já que em todos os casos de suspeitos ou confirmados de COVID-19, o material descartável de proteção individual dos profissionais de saúde (máscaras, luvas, fatos, batas, cobre-botas e toucas) passou a ser classificado como resíduo hospitalar do grupo III. Na Catalunha, por exemplo, a Agência de Resíduos da Catalunha reportou um aumento médio de 350% dos resíduos hospitalares, que foram na sua maioria enviados para incineração (ACR+, 2020).

A precipitação registada no mês de abril e princípio de maio veio reforçar as nossas reservas de água tão necessárias após um longo período de seca. Contudo, e infelizmente, veio também pôr em evidência o aparecimento de novos itens na composição do lixo marinho, como as máscaras e as luvas usadas para proteção individual dos cidadãos. Em Portugal, e além fronteiras, começaram a surgir nas redes sociais imagens de lixo marinho com estes novos resíduos. Este lixo marinho que chega às nossas praias não é só o que é arrastado pelas correntes marítimas de outras regiões do globo, com sistemas de gestão

”  
A ESTRATÉGIA PASSA POR DESENVOLVER SOLUÇÕES INOVADORAS E MAIS SUSTENTÁVEIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DE MODO A REDUZIR O USO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS NÃO RECICLÁVEIS, A PRODUÇÃO EXCESSIVA DE RESÍDUOS HOSPITALARES E, CONSEQUENTEMENTE, EVITAR A CONVERSÃO DE PARTE EM LIXO MARINHO.

de resíduos deficientes, mas também é o resultado de um problema comportamental dos cidadãos de países desenvolvidos, em resultado do abandono (voluntário ou involuntário) que fazem destes e de outros resíduos.

Esta pandemia apareceu de forma muito rápida e inesperada, tendo-se naturalmente priorizado, e bem, numa primeira fase, a saúde pública em detrimento do ambiente. É necessário agora repensar como garantir que em futuras pandemias, deste ou de outro vírus, haja um melhor equilíbrio entre as prioridades e os desafios da saúde e do ambiente. A estratégia passa por desenvolver soluções inovadoras e mais sustentáveis de proteção individual e coletiva, de modo a reduzir o uso de produtos descartáveis não recicláveis, a produção excessiva de resíduos hospitalares e, conseqüentemente, evitar a conversão de parte em lixo marinho. Na ausência de evidências científicas, as medidas tomadas pelos municípios tiveram por base o princípio da precaução, mas é necessário desenvolver investigação científica que esclareça se os procedimentos estabelecidos para a gestão dos resíduos em situação de pandemia constituem ou não um risco real de infeção para os trabalhadores do setor dos resíduos; ou se os resíduos domésticos podem ser ou não um veículo de transmissão da SARS-CoV-2 ou outros agentes infecciosos, por forma a evitar alterações radicais nos sistemas de recolha de RU e não comprometer os objetivos e metas de redução e reciclagem dos resíduos e a Estratégia dos Plásticos para uma Economia Circular. **IA**

© T. RODRIGUEZ / UNSPLASH



#### REFERÊNCIAS

- ACR+ (2020). Municipal waste management and COVID-19 (20/05/2020). Disponível em: <https://www.acrplus.org/en/municipal-waste-management-covid-19>
- APA e ERSAR (2020). Orientações e recomendações para a gestão de resíduos em situação de pandemia por SARS-CoV-2 (COVID-19) Versão 3.0 – 25.05.2020 (Substitui a versão de 24.03.2020). Disponível em: [https://apambiente.pt/\\_zdata/Divulgacao/Covid19/Orientacoes\\_APA\\_ERSAR\\_COVID-19\\_v3final.pdf](https://apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Covid19/Orientacoes_APA_ERSAR_COVID-19_v3final.pdf)
- CE (2020). Waste management in the context of the coronavirus crisis, 14 April 2020. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/waste\\_management\\_guidance\\_dg-env.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/waste_management_guidance_dg-env.pdf)